

**“DIANTE DO BOI ÁPIS”: O FANTASMAGÓRICO EM A OUTRA VOLTA DO
PARAFUSO (JAMES, 2011) ATRAVÉS DO MATERIALISMO HISTÓRICO
DIALÉTICO**

**“DIANTE DO BOI ÁPIS”: THE GHOSTLY IN “A OUTRA VOLTA DO PARAFUSO”
(JAMES, 1898) THROUGH DIALECTICAL HISTORICAL MATERIALISM**

Clarissa Prado Marini
Mestre em Estudos da Tradução
Universidade de Brasília
(clarissamarini@gmail.com)¹

Davi Silva Gonçalves
Mestre em Literatura Inglesa
Universidade Federal de Santa Catarina
(gdavi1210@gmail.com)

RESUMO: A lente analítica que sustenta o contexto geral deste artigo concerne não somente a esfera econômica da sociedade, mas também a forma como essa interage com a constituição do sujeito subjetiva e implicitamente. Com a proposta de uma análise fantasmagórica da novela **A Outra Volta do Parafuso** (JAMES, 2011), emerge a questão da luta de classes, cujos epistemes investigamos através do materialismo histórico dialético. Voltando nossa leitura principalmente para a caracterização e desenvolvimento das personagens governanta, seu patrão e os dois fantasmas que a assombram, Miss Jessel e Peter Quint, comprovamos a relevância da literatura para nossa tomada de consciência perante as operações dissimuladas do capital. Para tal, as contribuições teóricas de nomes como os de León Trótski (2007), Gyorg Lukács (2010a, 2010b) e, obviamente, Marx e Engels (2012) se provam de suma relevância, já que estes, dentre outros autores, nos auxiliam a melhor compreender o fantasmagórico (aquilo que nos escapa), o literário e, por fim, a nós mesmos.

Palavras-chave: **The Turn of the Screw.** Henry James. Fantasmas. Materialismo histórico.

ABSTRACT: The analytical lenses that sustain the overall context of this article concerns not only the economic sphere of society, but also the way it interacts with the subject's constitution, subjective and implicitly. With the proposal for a ghostly analysis of Henry James' novella **A Outra Volta do Parafuso** (1898), the issue of class struggle emerges, whose epistemes we investigate through dialectical historical materialism. Turning our reading mainly towards the characterization and development of the governess, her employer, and the two ghosts that haunt her, Miss Jessel and Peter Quint, the relevance of literature to our raising awareness to the cloaked actions of the capital is evinced. Therefore, the theoretical contributions of names such as León Trótski (2007), Gyorg Lukács (2010a, 2010b), and, of course, Marx and Engels (2012), have proved to be of paramount importance; after all these, among other authors, aid our understanding of the ghostly (that which dodges us), the literary and, eventually, ourselves.

Keywords: **The Turn of the Screw.** Henry James. Ghosts. Historical materialism.

¹ Os dois autores são doutorandos (bolsistas CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET-UFSC).

Faz muito tempo que um alemão chamado Karl Marx revelou ao mundo como o capital funciona. Tudo está relacionado à forma como se articulam as forças produtivas. O peso de minhas palavras sobre as mentes jovens é a questão principal; quando eu digo “escravos”, eles leem alguma coisa muito mais desumana do que quando digo “assalariados”. Mas os salários vieram para aliviar a carga dos donos de escravos. Foi só uma nova forma de controle que a revolução industrial introduziu. (Flávio Braga, **A Cabeça de Hugo Chávez** 2011, p. 64)

Introdução: “O aburguesamento da consciência”

Sempre que chegou ao poder, a hegemonia burguesa remodelou com sucesso as antigas estruturas feudais, patriarcais e comerciais em seu todo. Pior do que isso, essa mesma burguesia “estilhaçou os variegados laços feudais que subordinavam o homem a seus superiores, e não deixou subsistir entre eles outro laço senão o interesse nu e cru, senão o frio ‘dinheiro vivo’” (MARX; ENGELS, 2012, p. 26). Nasce assim o sentimentalismo pequeno-burguês, que romantiza o cruel comércio que se estabelece entre os sujeitos, dando uma máscara de igualdade para a nefasta materialização de um mundo cada vez menos igualitário. Nos acostumamos, assim, a viver nesse mundo à medida que o modelo capitalista de divisão de classes se difundia pelo mundo – fazendo da desigualdade a principal base da sociedade contemporânea. No entanto, esse aspecto também resultou numa resposta complexa à noção equivocada de uma divisão de classes harmônica, cuja consequência principal – que tem acompanhado a sociedade ocidental desde sua concepção – tem sido o processo de luta de classes. Isso porque, gradativamente, percebemos que a “capitalização” de nossas vidas não só alterou nossas relações econômicas e/ou financeiras, como também “reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca e, em lugar das inumeráveis liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, erigiu a liberdade única e implacável do comércio” (MARX; ENGELS, 2012, p. 27). Assim, a crítica que sustenta o contexto geral deste artigo se direciona não somente à esfera econômica da sociedade, como também toda a estrutura de atividades em torno daqueles que estão subjugados à divisão de classes.

Nosso objetivo geral, assim, é identificar de que forma o ambiente literário opera como uma reação a lutas e divisões de classe por meio da crítica literária marxista. A história da sociedade nunca deixou de ser, também a história da luta de classes; onde o homem esteve, a luta de classes também se fez presente. As relações

entre opressor e oprimido sempre foram relações de oposição, e nunca de parceria – como supõe o pensamento capitalista. Nossa hipótese é a de que essas lutas naturalizaram divisões de classe que são qualquer coisa, menos naturais. A análise que fazemos, portanto, confronta essa naturalização, e caminha para investigar como a literatura pode refutar esse cenário onipresente, ainda que dúbio. Tendo em vista que “a luta contra os resíduos burgueses na consciência dos trabalhadores, contra o aburguesamento de sua consciência, constitui a orientação fundamental da crítica literária de Marx e Engels” (LUKÁCS, 2010, p. 19), não poderíamos deixar de lado suas contribuições. Daí a nossa escolha pela lente teórica do materialismo histórico dialético, que nos ajuda a pensar a literatura através de uma lógica marxista. Afinal, como afirma Lukács (2010b, p. 20), “esta íntima relação entre atividade política e crítica literária, que não exclui a mais sutil compreensão dos problemas específicos da literatura, mas que, ao contrário, a pressupõe, constitui a base da crítica literária de Marx e Engels”. Isto mesmo nos momentos mais tardios de sua atividade.

O contexto específico desta pesquisa consiste na novela **A Outra Volta do Parafuso** (2011), de Henry James, em consonância com essa interface entre a política e a crítica literária. Até aqui foi discutimos brevemente como a divisão de classes se tornou parte de um infundo processo histórico. A sociedade burguesa moderna, originária das ruínas da sociedade feudal, não buscou por fim ao antagonismo de classes, mas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão e, conseqüentemente, novas formas de lutas. Como forma de resistência frente a esse cenário surge, então, a literatura, compreendida aqui não como uma fuga da realidade, mas como ferramenta para enfrentá-la de maneira, muitas vezes, inusitada. Nas palavras de Todorov (2014, p. 23), “hoje, se me pergunto por que amo a literatura, a resposta que me vem espontaneamente à cabeça é: porque ela me ajuda a viver”. A função dela, para o autor, não seria a de preservá-lo das feridas que poderia sofrer no mundo real, mas de auxiliá-lo no processo de sua cicatrização. Isto porque a literatura não exclui as experiências que vivemos, mas coloca outras em evidência. Invisível e imaginada, a experiência literária nos ajuda a compreender o mundo real, mas não somente; afinal, é através dela que podemos conjurar a transformação dele. “Mais densa e mais eloquente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia nosso universo – incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo” (TODOROV, 2014, p. 24). Como

ferramenta artificiosa, portanto, a verossimilhança literária nos liberta das amarras da verdade. À criação literária damos carta livre para mentir porque, no fim das contas:

A linguagem é portadora de vento, se não de mentira. No processo cotidiano de interpretação o iletrado diz ao escrivão o que pretende dizer, o escrivão escreve o que ouve e aquilo que melhor lhe pareceu ter acontecido, o leitor do destinatário interpreta por sua própria conta e o destinatário iletrado por sua vez deforma, levado a buscar critérios interpretativos nos fatos de seu conhecimento. É uma representação efficacíssima de como através de sucessivas interpretações a mensagem é desconstruída e levada a exprimir não somente aquilo que o emite original não queria dizer, mas talvez até aquilo que essa mensagem, como manifestação linear de um teto, equiparado a um código, não deveria dizer, se uma comunidade de intérpretes, inspirada no bom senso e no respeito às regras, chegasse a um acordo, em fatigante interação, para dela extrair uma leitura publicamente aceitável. O que não acontece, e a página parece a pintura de um processo de deriva interpretativa (ECO, 2006, p. 34).

Portadora do vento, que nunca sopra da mesma forma, a linguagem literária nos oferece representações de representações; e o resultado, inevitavelmente, é essa pintura de um processo de deriva interpretativa. No caso da novela de James (2011), o seu universo literário inevitavelmente oferece aos leitores um espelho, ainda que deformado, de seu contexto fonte. Assim, nossa motivação para verificar como antagonismos de classe são lá delineados se dá devido ao fato da novela oferecer aos leitores uma ampla discussão (ainda que subjetiva) nesse sentido. É importante ter em mente, nesse sentido, que a falta de objetividade e de segurança do leitor quando de sua interpretação dos fatos e caracterizações narradas, bem como dos eventos descritos, dificulta qualquer tipo de apreensão unilateral da narrativa. Cientes da subjetividade de nossa leitura, o objetivo específico deste estudo é analisar o desenvolvimento literário da governanta identificando, assim, como a crítica literária marxista contribui na detecção das questões de luta e divisão de classes apresentadas durante a construção dessa personagem. Não se trata aqui, vale lembrar, da leitura correta de **A Outra Volta do Parafuso** (JAMES, 2011); nossa interpretação é uma dentre as diversas que pululam no mundo ocidental desde a publicação da novela. Independente de tais leituras prévias, a nosso ver o objeto literário nunca é o mesmo para dois leitores distintos, independente de sua condição espaço-temporal. Segundo Thomas Mann (2011, p. 87), a palavra literária é sempre paradoxalmente recriada e única, ao mesmo tempo. É como se tal palavra, durante o

ato da leitura, “fosse retirada pela primeira vez do seio da linguagem, reinventada, reassociada com o seu sentido de maneira que esse sentido começa a transcender estranhamente e algo de fantasmagórico aparece”.

Discussão: “Os mais inacreditáveis absurdos”

O materialismo histórico, grosso modo, envelopa os princípios gerais que fundamentam a estética marxista acerca da literatura. Como coloca Lukács (2010a, p. 15), somente “a partir do materialismo histórico podem ser compreendidas a gênese da arte e da literatura, as leis do seu desenvolvimento, as suas transformações, as linhas de ascensão e queda no interior do processo de conjunto”. É por isso que uma abordagem materialista histórica e dialética nos pareceu consistente com essa pesquisa, dada a necessidade de considerarmos a totalidade do processo social no qual a literatura está inserida. Analisamos a seguir os enunciados da governanta de **A Outra Volta do Parafuso** (JAMES, 2011) a fim de promover esta ponte entre os personagens/espacos ficcionais e os personagens/espacos sociais, políticos e econômicos, os quais vão muito além do âmbito literário. Na sociedade capitalista “todas as relações esclerosadas, com seu cortejo de representações e de concepções vetustas e veneráveis se dissolvem; e as recém-constituídas corrompem-se antes de tomarem consistência” (MARX; ENGELS, 2012, p. 27). Essas relações esclerosadas são evidentes na narrativa, que começa quando uma jovem ansiosa chega a Londres para responder pessoalmente a um anúncio de trabalho. O cavalheiro que se apresenta como o patrão causa impacto. Ele era tudo o que ela sabia que nunca seria: homem, rico, instruído – e sua adulação por ele foi interpretada por muitos como o primeiro vislumbre de uma articulação a respeito de lutas de classes na obra. Ele pede que a governanta faça as tarefas domésticas como quem pede um favor. Chama, assim, a atenção da moça, a qual realiza suas atividades diárias tentando satisfazer seu patrão, por quem ela nutre uma fascinação apaixonada, e curiosamente erótica.

Ao apresentar-se para o teste numa casa em Harley Street, o possível futuro patrão provou-se um cavalheiro, um homem solteiro ainda bem jovem, uma figura que, como tal, nunca tinha lhe aparecido em sua vida de mocinha irrequieta e sonhadora de um vicariato em Hampshire. Pode-se facilmente adivinhar seu tipo; felizmente, nunca desaparece. Era bonito e ousado e gentil, espontâneo e alegre e acolhedor. Ele a encantou, inevitavelmente, pelo que tinha de galante e esplêndido, mas o que a encantou mais que tudo e deu a ela a

coragem que exibiu mais tarde, foi ele ter posto a coisa em tais termos que seria como um favor que ela lhe fizesse, uma obrigação pela qual ele contrairia uma dívida de gratidão com ela (JAMES, 2011, p. 14).

Por vivermos numa época de paixões sociais, as paixões pessoais exclusivas nos soam exageradamente insípidas. E é por isso que a tragédia de nosso tempo consiste no conflito entre indivíduo e coletividade: duas instâncias hostis no seio de um mesmo sujeito. Significativo seria, de acordo com Trotski (2007, p. 187), portanto o esforço desse sujeito, o qual luta “para libertar-se das nuvens místicas ou ideológicas a fim de construir a sociedade e a si mesmo”. Vale ressaltar, em consonância com essa noção de paixões sociais, como a governanta entendia que o cumprimento de seus afazeres da maneira como o patrão bem solicitava era a forma como ela poderia lhe “dar prazer”. Nos momentos cruciais que desvelam a novela, o narrador leva os leitores às divisões de classe apresentadas na história; e elas são determinadas principalmente pelas relações entre empregado e empregador. Curiosamente, mesmo com razões consideráveis para que a governanta reconsiderasse a proposta de trabalho (a citar: os riscos, o desconhecimento, o histórico perturbador da casa) aquele salário muito superior às suas módicas condições financeiras fez com que ela permanecesse no emprego. Foi o salário, portanto – e não a governanta em si – que decidiu o que aconteceria em seguida. O processo da contratação da governanta evidencia algo comum ao capitalismo: “a arrogância individualista que destaca o indivíduo da coletividade e esgota-o depressa até precipitá-lo no abismo do pessimismo, a menos que ele se ajoelhe diante do boi Ápis, a pouco restaurado” (TROTSKI, 2007, p. 189). Imagem interessante para pensarmos o fantasmagórico na novela de James (2011) é esta do boi Ápis, símbolo “morto-vivo” de adoração dos egípcios – configurando, inclusive, uma de suas primeiras divindades que hibridizam o material e o imaterial em sua constituição.

Mas, antes de entrar no mérito do fantasmagórico, é bom lembrar que **A Outra Volta do Parafuso** (JAMES, 2011) foi escrito no final do século XIX de uma Inglaterra vitoriana, e não poderia nunca ser discutido como se fosse desprovido de temas sociais de seu tempo. Independente das intenções do autor, obras literárias não são inspiradas ou explicáveis apenas por suas motivações. Isto porque os escritores não estão sozinhos dentro de uma redoma, eles não escrevem em uma torre de marfim onde a palavra materializada é transcendida, muito pelo contrário. A abstração literária

surge na, da e para a materialidade, e é justamente isso que o pensamento materialista histórico e dialético nos faz lembrar. Obras literárias são unidades de percepção, que reproduzem e contradizem o pensamento de sua época, ao mesmo tempo e nos mais diversos níveis. Escritores não são pré-programados, mas fortemente afetados, positiva e negativamente, pela ideologia vigente. Como relações de classe são de fato experimentadas e perpetuadas é assunto pertinente **A Outra Volta do Parafuso** (JAMES, 2011); através da caracterização da governanta, vemos como sua decisão por aceitar o emprego depende, diretamente, da sua falta de liberdade subjetiva para fazer outra escolha. Ainda que a história da governanta não seja uma história real, ela coloca o leitor a pensar sobre a história real de muitos outros sujeitos. É na mentira, afinal, que a literatura articula suas maiores verdades. A dica que nos dá Eco (2006, p. 24) é bastante direta: “Não vos comporteis segundo as regras do bom senso; desafiái a razão e apresentai com coragem os mais inacreditáveis absurdos. Quando sentirdes que tais grandes princípios se enfraquecem, retirai-vos, recolhei-vos em meditação e percorrei a terra”. Em tal percurso, inevitavelmente, perceberíamos que as mais valorizadas verdades são aquelas que, no fundo, nunca deixaram de ser mentiras.

Entretanto, voltando à novela, é bem verdade que todo o candidato entrevistado pelo patrão da governanta, por pior que fosse sua condição financeira, havia recusado a proposta. Ele, inclusive, não tentou esconder esse fato dela de maneira alguma, como explicado pelo personagem Douglas. Segundo ele, o patrão falava abertamente sobre essa questão, expondo as razões que, para os outros candidatos, haviam sido proibitivas. Eles estavam, claramente, assustados em assumir a tarefa. Para ela, entretanto, a recusa seria estranha e estúpida, principalmente tendo em vista sua situação de extrema necessidade. Todos os aspectos sombrios envolvendo o trabalho, que deixam a protagonista apreensiva sobre aceitar ou não o trabalho, foram determinantes para todos os outros candidatos, como o patrão admitiu. Até aqui nós, leitores, desconhecemos esses mistérios envolvendo seus prospectos como governanta da mansão de Bly Manor, mas descobrimos que, além deles, havia ainda outra condição. Esta seria a de que a governanta nunca deveria perturbar o seu patrão, em absolutamente nenhum caso. O patrão, que não é nomeado, é o tio e guardião legal dos órfãos Miles e Flora. Mas aqui parece recusar a função de guardião, delegando o trabalho para a governanta. Ela

não deveria procurá-lo, escrever, tirar dúvidas etc. A sua tarefa era a de assumir as responsabilidades do lugar, bem como das crianças, tomando as decisões e solucionando todos os problemas. O patrão seria deixado em paz. Ou seja, por uma soma considerável, a governanta seria responsabilizada por tudo, sendo a ela garantidos todos os meios necessários para tomar conta da casa e dos sobrinhos do patrão.

Todos conhecemos muito bem essa autoridade quimérica oferecida à governanta – é a mesma que muitas vezes possuem as babás, os caseiros, as faxineiras etc., que possuem as chaves e o controle dos mais diversos espaços porém sabem muito bem que não são, nem nunca serão, capazes de possuí-los. Por mais que esteja naturalizada, trata-se de uma relação desumana, através da qual aquele que não tem a real autoridade sob esse ou aquele objeto é sempre lembrado de sua condição. É por isso que, através do capitalismo, “tudo o que era estável e sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 2012, p. 29). No entanto, a governanta já tinha se decidido; e, após ser informada sobre os pré-requisitos do cargo, respondeu positivamente. Ela, inclusive, já se sente recompensada no momento em que cumprimenta seu empregador, simplesmente por tocá-lo. Diz o narrador: “Ela prometeu fazê-lo, e mencionou-me que quando, por um momento, aliviado, deliciado, ele apertou sua mão, agradecendo-a pelo sacrifício, ela se sentiu recompensada” (JAMES, 2011, p. 18). Novamente vemos o quanto é anômala essa relação; a governanta enxerga o seu trabalho como um favor, um sacrifício, pelo qual ela se sente moralmente recompensada. Seus sentimentos, daqui em diante, vão encaminhá-la cada vez mais para uma afeição platônica de seu patrão. Poderíamos tentar descrevê-los aqui, patrão e empregada, como vilão e vítima das injustas relações de classe. Por outro lado, na organização do capital, não há antagonismos tão simples; na novela ambos, patrão e a governanta, são vítimas de um condicionamento social que vai muito além deles. Ela aceita um emprego por conta do salário; ele opta por abster-se da companhia dos únicos membros de sua família a fim de manter um certo padrão de vida. Neste sentido o capitalismo dá aos indivíduos uma liberdade elusiva, já que estes nunca deixarão de estar subjugados pelos interesses e pela violência do capital.

“À medida que o trabalho se desenvolve na sociedade e torna-se fonte de riqueza e de cultura, desenvolvem-se pobreza e desamparo no trabalhador; riqueza e cultura no não-trabalhador. Essa é a lei de toda a História até nossos dias” (MARX; ENGELS, 2012, p. 98). Assim acontece a naturalização das diferenças sociais, a distinção entre o trabalhador e o não-trabalhador, os empregadores e os empregados, as governantas e aqueles que elas substituem. É justamente essa relação violenta que tanto tira proveito das vidas dos sujeitos periféricos como nossa protagonista. A divisão de classes faz com que alguns fiquem mais inclinados a controlar ativamente essas coisas que são violentas e outros sofram passivamente com tal violência. Não é como se um não desse ao outro a oportunidade de “entrar”, de interagir com a condição de classe que ele representa; na verdade ele ou ela muitas vezes o faz, mas é a maneira em que esse contato acontece que faz toda a diferença. O capitalismo se estrutura de uma forma em que uma classe, como aquela das governantas, está apenas autorizada a olhar para a outra como forma de reforçar a ideia de que um é superior enquanto o outro é inferior. Neste sentido as divisões de classes são inerentemente ambivalentes; se há valores, o julgamento de valor também se apresenta. Assim, o funcionamento implícito da sociedade capitalista opera de modo intáctil e dissimulado, determinando nossas ações, mas também sendo determinado por elas. É nessa lógica de recusa e aceitação que surge o espírito de uma época: “Esse espírito, em última análise, se reflete em todo: naqueles que o aceitam e o encarnam como naqueles que lutam desesperadamente contra ele ou se esforçam para dele se esquivar. Os que fogem desaparecem aos poucos” (TROTSKI, 2007, p. 35). De uma forma ou de outra, somos produtos de nosso tempo.

É justamente nesse espírito da Inglaterra vitoriana que se insere nossa protagonista, a qual, tendo aceitado o emprego, continua impressionada com cada novo detalhe acerca dele. Quando ela chega na casa onde trabalharia, ela divide com os leitores sua admiração pelo lugar, o qual, além de amplo e claro, tinha um ar de inigualável frescor e de amplitude. Outra coisa que chama sua atenção, curiosamente, são as duas empregadas domésticas que a esperavam na porta. “Recordo, como uma impressão das mais agradáveis, a fachada ampla e clara, janelas abertas e cortinas frescas e um par de criadas à minha espera” (JAMES, 2011, p. 16). A princípio a descrição da governanta não inclui comparações – é apenas uma descrição; entretanto, os leitores já têm uma ideia do quão diferente de sua realidade essa

imagem deve ser. Afinal, ela nos foi apresentada como uma menina muito pobre, a qual viveria agora nesta imensa casa. As duas empregadas que a esperavam, inclusive, parecem ser citadas sem motivo; mas, talvez, estejam lá justamente porque ela gostaria de lembrar-nos de que haveria também aqueles os quais estariam a ela subjugados. Não seria assim afinal que funciona a relação de classes? Criando níveis de hegemonias e de submissões? Pouco depois a governanta descreve a paisagem ao redor da casa, com o mesmo ar de admiração – sem deixar de lembrar, ao final de seu comentário, o quanto aquela região era diferente do bairro onde ela morava. “O cenário tinha uma imponência que o tornava muito diferente da terra natal sem atrativos de que eu provinha” (JAMES, 2011, p. 17). Tudo o que chama a atenção da governanta – a fachada da casa, suas janelas, as flores, as árvores, também se materializa numa corporeidade estranha: uma agradável, mas inalcançável condição. Era muita grandiosidade para alguém que não havia tido ainda nenhuma chance de identificar nada grandioso acerca de si mesma.

Essas descrições, que mostram o quanto o ambiente de trabalho da governanta é diferente de sua modesta casa, é o que constitui a noção imaginária de harmonia de classes. Cenas como esta são, sabemos bem, uma tradução clara para a experiência geral do proletariado. Afinal, os trabalhadores periféricos passam grande parte do tempo construindo, fazendo a manutenção e/ou permitindo a sobrevivência de realidades que nunca os beneficiará. Isto é, o proletariado constrói um mundo que não lhe pertence. A relação polarizada entre empregadores e empregados, coexistindo em mundos diferentes, mas concomitantes, fornece o quadro para a ilusão da aldeia global: uma comunidade ilusória em que burguesia e proletariado coexistem. Esta comunidade ilusória fornece os pilares para a neoescravidão do sujeito contemporâneo, cuja liberdade é consideravelmente arbitrária. É nesse sentido que o materialismo deve ser compreendido de maneira dialética, através da história, e não determinista, como se regido por verdades universais. Daí o risco da influência burguesa na consciência dos trabalhadores, que pouco a pouco são convencidos a raciocinar, como faz a governanta, segundo a lógica do dominador. Do ponto de vista metodológico, tal influência se manifesta “sobretudo no predomínio de um particularismo, no amesquinamento filisteu do materialismo dialético e na deformação do materialismo histórico em ‘economicismo’, em sociologia vulgar” (LUKÁCS, 2010b, p. 38). Este “economicismo” é justamente o que nos impede

de perceber a dialética materialista, segundo a qual a infraestrutura (forças de produção) e a superestrutura (as instituições de produção) interagem de maneira horizontal, e não vertical. Nossa história só nos define porque nós, também, definimos a estória – condição que implica uma bilateralidade ignorada pelos epistemes do capital.

Partindo dessa bilateralidade, chego finalmente aos personagens que, talvez, melhor personificam a impossibilidade de transgredir as fronteiras de classe na novela de James (2011), simbolizando, também, o status conflitante inato ao período Vitoriano. São, estes, os fantasmas que assombram a governanta. Depois de algumas aparições ela decide perguntar à camareira, Mrs. Grose, sobre eles, para descobrir se eram pessoas de verdade. É neste momento que a governanta descobre, depois de descrever tais figuras à camareira, que os nomes dos fantasmas eram Miss Jessel e Peter Quint. Tratam-se estes da antiga governanta da casa, que ela está substituindo, e o antigo laçao. Há muito mistério envolvendo a relação deles, bem como o desaparecimento de ambos – e por isso sua repentina e insistente curiosidade. Por fim ela descobre que a ex-governanta, de uma posição um pouco superior quando comparada a Mr. Quint, estava aparentemente tendo um caso de amor com ele. Ainda que não exista evidências literárias suficientes para afirmar categoricamente este caso, sabemos, pelo menos, que disso os outros funcionários suspeitavam. É interessante notar, nesse sentido, como a camareira traz a distinção de condições ente Quint e Jessel como a causa primeira da morte deles – ainda que, novamente, não exista nenhuma indicação factual disso. Repetidamente somos lembrados do quanto ela era superior a ele, com o julgamento de personagens que culpam ambos por sua morte – por não terem respeitado as diferenças que deveria ter separado-os. Camareira e governanta falam sobre posições, classes, escalas, níveis; é como se, ao situar socialmente Peter Quint e Miss Jessel, elas pudessem encontrar explicação para seus misteriosos destinos – o que reforça a importância da luta de classes para contextualizar a novela.

“Preciso saber agora. De que ela morreu? Vamos, alguma coisa havia entre eles.” “Não havia alguma coisa. Havia tudo.” “Apesar da diferença...?” “Sim. Apesar da diferença de classe, de posição” – ela afirmou, pesarosamente. “Ela era uma dama.” Lembrei do que ocorrera; revi a mulher. “Sim – ela era uma dama.” “E ele tão terrivelmente inferior”, disse a Senhora Grose. Senti que não devia, na sua companhia, pressioná-la demais sobre o lugar de um criado na

hierarquia; mas não via nada que me impedisse de aceitar a avaliação de minha companheira sobre o rebaixamento de minha antecessora. Havia um meio apropriado de lidar com o assunto, e eu o adotei; tinha claro à minha frente – como uma evidência – o falecido criado do nosso patrão, inteligente, bonito; e também despudorado, seguro de si, mimado, depravado. “O sujeito era um cão”. A Senhora Grose considerou o caso como se fosse talvez uma questão de matizes. “Nunca vi um indivíduo como ele. Fazia o que queria.” “Com ela?” “Com todos.” Era como se agora a própria Senhorita Jessel tivesse aparecido diante de minha amiga. Por um instante, julguei perceber, na sua evocação, a mulher que eu vira lá no lago; e declarei, decididamente: “Devia ser também o que ela queria!” No rosto da Senhora Grose lia-se que era bem essa a verdade, mas ela afirmou ao mesmo tempo: “Pobre mulher – pagou caro por isso!” “Então, a Senhora sabe do que ela morreu?”, perguntei. “Não – não sei nada. Eu não queria saber; ficava feliz por não saber; agradei aos céus por ela ter saído daqui!” “Mesmo assim, a Senhora fazia uma ideia...” “Da verdadeira razão da partida? Quanto a isso, sim. Não podia ter ficado. Imagine acontecer uma coisa dessas aqui – com uma preceptora! E depois imaginei – e ainda imagino coisas. E o que eu imagino é horrroso” (JAMES, 2011, p. 60).

O interesse de Peter Quint pela antiga governanta fez dele um homem arruinado e depravado aos olhos da camareira e da atual governanta – um homem indigno de receber a confiança de seu patrão. Ele é descrito como um infeliz, que prejudicou uma pobre mulher indefesa fazendo-a pagar com a vida – isso apesar de ninguém saber como ela havia morrido, mistério que a nova governanta, inclusive, não tinha interesse nenhum em tentar desvendar. É interessante notar que ambas nunca falam sobre os sentimentos e intenções de Miss Jessel; sendo uma mulher, tais sentimentos seriam irrelevantes, já que é responsabilidade de Mister Quint fazer o que é supostamente certo para alguém em sua posição. Machista, porém previsível. A nova governanta não disfarça a curiosidade e pergunta qual seria o palpite da camareira para o fim que teve o casal, mas essa só diz que, de uma forma ou de outra, eles tinham de partir. A camareira não sabia de nada, apenas daquilo que imaginava – e o que ela imaginava era, supostamente, pavoroso. Vale lembrar que estamos falando aqui de um tempo em que a divisão de classes na Inglaterra era inviolável (quer dizer, consideravelmente mais inviolável que hoje). É interessante o fato de que, ao colocar em diálogo o fantasmagórico e a luta de classes, Henry James (2011) pode trabalhar com dois temas extremamente caros para a sociedade vitoriana inglesa do fim do século XIX: as questões de classe bem como um certo toque do gótico. Assim, o uso de fantasmas para articular esta crítica aguçada sobre divisão de classes, por

meio da emergência do perverso, pode ser bem compreendida como uma resposta consciente ao contexto de produção da novela. Percebemos, até aqui, que os sentimentos platônicos da governanta por seu patrão, assim como a suposta relação entre Peter Quint e Miss Jessel, estavam muito longe do que é certo ou desejável pela sociedade vitoriana – não havia nada de normal em ambas questões, que precisavam ser padronizadas.

A admiração da governanta e o romance de Quint e Jessel iam contra a expectativa das classes sociais: elas devem permanecer fixas, imutáveis. Pouco mudou até os dias atuais, já que, em geral, as pessoas tendem a viver em um mundo próprio, no qual devem nascer, se casar, se reproduzir e viver dentro de sua classe – com direito a pequenas, mas bem pequenas, deformações. Mesmo em sociedades onde não exista o ideal do sangue da nobreza, ou seja, onde as diferenças de classe não são tão institucionalizadas, muito pouco parece ter mudado. “A servidão foi abolida, mas prospera o capitalismo; a maioria, como sempre, precisa alimentar, vestir, e defender uma minoria, enquanto ela própria continua faminta, nua e indefesa” (MANN, 2011, p. 190). Os escravos do capitalismo não apanham mais em praça pública, seu sofrimento ganhou características mais sofisticadas, que permitiram sua manutenção. A governanta, bem como a camareira, personificam a necessidade que tem um “patrão” de delegar aquelas tarefas que não lhe agradam: aquilo que todos precisamos fazer, mas simplesmente não temos vontade nem paciência, sendo que, na sociedade capitalista, alguns de nós temos inclusive “vergonha” quando não temos quem faça certas coisas em nosso lugar. Uma dessas funções desagradáveis diz respeito ao planejamento doméstico: o trabalho da governanta. O sujeito ainda moderno, dada sua subserviência à lógica iluminista, não tem tempo para perder com essas atividades; nossas vidas são muito importantes, nossa contribuição para o progresso muito significativa. Thomas Mann (2011, p. 191) ironiza esse raciocínio, alegando que “honramos os ideais humanos, mas, se tivéssemos a possibilidade de terceirizar nossas tarefas fisiológicas mais desconfortáveis, nós o faríamos e ainda justificariamos”.

Os aspectos sombrios em **A Outra Volta do Parafuso** (JAMES, 2011) são análogos à abordagem vitoriana em relação à tentativa de transgressão de posições de classe; os fantasmas que frequentemente assombram a governanta são um lembrete de que qualquer um que arriscar fazer isso está prestes a causar objeção e

repugnância – quiçá sua própria morte. As histórias de Peter Quint e Miss Jessel causam choque e horror na governanta; em certa medida, pode-se dizer que sua condição de fantasmas pode ser lida como uma metáfora para sua condição no contexto ao qual pertencem – ou seja, enquanto fantasmas sociais. Aqueles que desejam transgredir sua classe acabam estando nem aqui, nem ali, diante do boi Ápis, sua existência no mundo real é mediada pelo irreal, nunca podem estar totalmente desligados de sua origem, e nunca chegarão completamente no destino que almejam. Irregularidade e anormalidade são inerentes à presença de fantasmas; Peter Quint, que insistentemente tenta se reinscrever em regras sociais já institucionalizadas, se transforma em fantasma antes mesmo de morrer. Os transgressores são amorais, e os amorais são monstruosos; talvez também por isso os fantasmas do casal permanecem nesse mundo, sendo também impedidos de fazer mais uma passagem. A linha de raciocínio pode parecer exagerada, mas a novela nos dá abertura para certos exageros. Partindo de nossas evidências literárias, podemos, sim, concluir, que esta história pede aos leitores para não mais enxergarem os fantasmas como seres transparentes, mas como verdadeiros espelhos de nós mesmos.

Considerações finais: “As verdades desagradáveis”

Tendo em vista a tradição contemporânea na qual uma ampla arena crítica se desenvolveu, e nela a possibilidade de dessacralizar os pensamentos normativos mais diversos, o materialismo histórico dialético demonstra uma inegável importância. Vivendo numa sociedade extremamente capitalista, o sujeito precisa lidar com o fato de que os interesses particulares que envolvem o processo de acumulação do capital têm sido neutralizados – resultando em uma única realidade supostamente aceitável. Frente a esse cenário, Todorov (2014, p. 79) defende que “a literatura tem um papel particular a cumprir: diferentemente dos discursos religiosos, morais ou políticos, ela não formula um sistema de preceitos; por essa razão, escapa às censuras que se exercem sobre as teses formuladas de forma literal”. Por isso são tão relevantes, para a análise literária, as contribuições do materialismo dialético, já que estas vão além dos valores universais que pressupõe a lógica do mercado. Seu axioma principal se move na direção oposta, questionando tudo que pareça minimamente transcendental e colocando em evidência a materialidade de tudo que aquilo que produzimos e que nos produz em resposta. “Numa obra literária, as verdades desagradáveis – tanto para

o gênero humano ao qual pertencemos quanto para nós mesmos – têm mais chances de ganhar voz e ser ouvidas” (TODOROV, 2014, p. 80). É importante, entretanto, ter em mente que uma abordagem marxista não consiste meramente em defender uma “sociologia da literatura”; o materialismo histórico é dialético porque justamente enfatiza a via de mão dupla que percorrem o objeto literário e o mundo onde este se insere. Nesse sentido, o contexto de publicação de certas obras, bem como a forma que descrevem a classe trabalhadora, são ambas questões relevantes, mas as contribuições de Marx vão muito além disso. Afinal, bem nos lembra Pierre Bourdieu que “sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização” (1992, p. 71).

No que tange à essa interface política/literatura, portanto, e como sugere Mann (2011, p. 190), pode-se dizer que “há no fazer artístico, ainda que ele pareça ser mero divertimento, algo de ético, útil, social, que afinal talvez leve à verdade salvadora, algo pelo qual todo um mundo desconcertado anseia”. Não haveria nada de sobrenatural nessa verdade salvadora; sendo esta nada mais do que a vontade própria da literatura, bem como suas consequências inesperadas. Nesse sentido, a relevância de compreender como **A Outra Volta do Parafuso** (JAMES, 2011) está inserido dentro do contexto espacial e temporal da Inglaterra vitoriana parece, ao menos a nosso ver, inquestionável. Produtos literários são produtos de uma história particular, que resulta de uma interação entre o contexto espaçotemporal de um escritor com sua resposta sui generis frente a tal contexto. É por esse motivo que não seria sábio, por parte do crítico literário, selecionar, de forma ambivalente, texto ou contexto como objeto único de análise. Os caminhos literários são um tanto mais fluidos, nem tanto o close reading (uma leitura fechada e centrada na narrativa) e nem tanto a sociologia da literatura (um entendimento do texto meramente por suas indicações extratextuais). Essa confusão resultaria na ideia equivocada da Neocrítica de que o texto literário existiria como um produto “por si mesmo”, sendo para essa abordagem irrelevante os fatores que circundam o objeto de análise. Mas a confusão é justificada: ela emerge de uma defesa contra o materialismo vulgar. Como bem lembra Lukács (2010a, p. 15), “o materialismo vulgar parte para a conclusão, mecânica, errônea, distorcida e aberrante, de que entre base e superestrutura existe um mero nexos causal, no qual o primeiro termo figura apenas como causa e o segundo

como efeito”. Felizmente, o método dialético não admite esse equívoco, demonstrando o amplo diálogo que se estabelece entre o objeto texto e o seu contexto de origem, tradução e recepção.

É importante lembrar a importância da neocrítica a qual, com sua ideia basilar de close reading (ou seja, uma leitura centrada e atenta às evidências literárias oferecidas somente pela narrativa, sem levar em conta o contexto, se é que isso é possível), muito contribuiu para que a prática de análise literária não caminhasse no sentido de uma prescrição de sentidos – sentidos estes muitas vezes condicionados por outras leituras e tradições. Ao ler um texto, precisamos de fato nos atentar principalmente àquilo que este nos diz; mas alegar que, durante sua análise, nada existe para além dele não passa de uma falácia da burguesia. Já há muito tempo nos confrontamos com ideias acerca da arte que são reforçadas pelo privilégio de classes. Para o status quo pensar no contexto social e financeiro de uma obra literária será sempre, obviamente, irrelevante; afinal de contas, ignorar a luta de classes é a maneira mais fácil de garantir sua manutenção. Esperamos que Lukács (2010b, p. 47) esteja certo quando este argumenta que “a literatura, quer o queira ou não, está para se tornar inteiramente socialista”. Isto porque, caso esse objetivo utópico seja deixado de lado, o fazer literário também deixa de fazer sentido. “A literatura dirige-se indiscutivelmente para os trabalhadores, já que entre eles a humanidade é valorizada, a cultura é defendida” (LUKÁCS, 2010b, p. 48).

Assim, nossa leitura materialista histórica e dialética **A Outra Volta do Parafuso** (JAMES, 2011) não pretende forçar na novela uma discussão que já não esteja presente nela. Nosso objetivo, ao contrário, foi apenas o de desvelar uma reflexão que é muitas vezes abafada pelo aburguesamento da análise literária. Não existe literatura não histórica; não existe nada não histórico – daí a necessidade contemporânea de ir além dessa compreensão problemática do ambiente literário. Sempre há um processo subjacente a qualquer ação, e, no caso da literatura, autor, livro, e leitor são perpetuadores de tais ações políticas. Nós tomamos as amarras do texto, que por sua vez também toma as amarras de nós – nos transformando, nos questionando, agindo sobre nós. A narrativa é essa máquina linguística que se celebra na negação, na inexistência de estruturas únicas. Segundo Eco (2006, p. 60), o texto literário nos fala “sobre outros modos de significar, e sugere que este, coisa verbal, está a serviço desses modos, pois é conto não de palavras, mas de ações, e mesmo

quando conta palavras, o faz na medida em que assumiram função de ação”. O texto literário é, assim, incompleto, ele precisa de uma peça fundamental: o leitor, aquela pessoa que pode trazer uma completude particular e intransferível. Tirando o véu que cobre a contradição de significados, e dando aos leitores as ferramentas necessárias para acessá-las, o materialismo histórico resgata as contribuições do marxismo, expondo sua ubiquidade nos tempos modernos.

Ainda que os pilares do sistema político em voga sejam crescentemente neoliberais e, infelizmente, reacionários, as lentes críticas oferecidas pelo pensamento marxista ainda tem muito para nos dizer. Na verdade, a palavra “ainda” talvez não seja a melhor das escolhas sintáticas – afinal, é justamente por estarmos numa sociedade que se curva ao capitalismo com cada vez menos pudor e prudência que o materialismo histórico dialético tem tanta relevância. Isto porque os argumentos de Marx não se voltam somente para um tempo ou espaço específico, já que “as condições sociais na história da sociedade humana são, antes de tudo, as condições de dependência de classe” (TROTSKI, 2007, p. 65). As circunstâncias históricas do capitalismo, tendo ele engatilhado sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, pedem desesperadamente que nós façamos alguma coisa a respeito desta luta que nos acompanha desde tanto tempo. Marx previu, nós ignoramos. Nossa única alternativa, agora, é utilizar suas ferramentas de análise crítica para recolher os cacos de nossa civilização e aceitar o desafio de reconstruí-la sem a grilheta do capital – desafio dentro do qual a literatura, como instrumento de resistência social, desempenha papel mais que significativo. Trotski (2007, p. 67) conhecia muito bem o potencial artístico para a luta de classes; em sua visão “o critério de classe se mostra tão fecundo em todos os domínios da ideologia, inclusive, e em particular, o da arte: esta exprime com frequência as aspirações sociais mais profundas e mais ocultas” (TROTSKI, 2007, p. 66). É urgente redirecionar nossas energias críticas numa direção menos nociva em vez de permitir que os interesses do capital façam isso no nosso lugar. É bem verdade que, em um mundo de Bolsonaro, Felicianos, Malafias e Donald Trumps, talvez seja ainda por demais utópico acreditar que algo assim realmente aconteça um dia. Mas já percebemos que os fantasmas apareceram. Nos resta somente levá-los a sério.

Referências

- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BRAGA, F. **A Cabeça de Hugo Chávez**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- ECO, U. **Entre a Mentira e a ironia**. São Paulo: Record, 2006.
- JAMES, H. 1898. **A Outra Volta do Parafuso**. São Paulo: Penguin, 2011.
- LUKÁCS, G. 1945. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, Arte e Literatura: Textos Escolhidos de Karl Marx e Friedrich Engels**. Trad. José Paulo Netto e Miguel Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- _____. 1965. **Marxismo e Teoria da Literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.
- MANN, T. **O Escritor e sua Missão**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. 1848. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Sergio Trellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TODOROV, T. **A Literatura em Perigo**. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2014.
- TROTSKI, L. 1923. **Literatura e Revolução**. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Recebido em 31 de março de 2017
Aprovado em 26 de setembro de 2017